

# O PAPEL DO CURRÍCULO EM MOVIMENTO NA RETOMADA DO ENSINO PRESENCIAL NO PÓS-ENSINO REMOTO E HÍBRIDO

*THE ROLE OF THE CURRICULUM IN MOVEMENT IN THE RESUMPTION OF PRESENTIAL TEACHING IN POST-REMOTE AND HYBRID EDUCATION*

Daniela Pereira dos Santos 1

Afonso Wescley de Medeiros Santos 2

Mara Rúbia Rodrigues da Cruz 3

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender o papel do Currículo em Movimento no processo de recomposição das aprendizagens dos estudantes que não tiveram como acompanhar as aulas no período pandêmico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com entrevistas e análise documental da 2ª edição do Currículo em Movimento do Distrito Federal para o Ensino Fundamental, concerne àquilo que é prescrito aos anos iniciais e do documento intitulado Organização Curricular: Ensino Fundamental - 2º Ciclo - Anos Iniciais, publicado pela SEEDF no 1º Semestre de 2022. Tendo como principais bases teóricas Duarte (2016), Saviani (2013) e Silva (2020). Os resultados apontaram, preliminarmente, que a apreensão dos supervisores e coordenadores estavam pautadas no déficit de aprendizagens; no risco dos estudantes e profissionais contraírem o Coronavírus SARS-CoV-2; nas vivências trazidas pelos estudantes pós-ensino remoto; e, principalmente, no atropelo das medidas estabelecidas pela SEEDF. E, ainda, na necessidade de estabelecerem junto aos profissionais de educação caminhos para alcançar objetivos e distribuir os conteúdos prescritos no currículo, na intenção de atender às crianças da melhor maneira possível.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto. Currículo em Movimento do Distrito Federal. Organização Curricular. Anos iniciais.

**Abstract:** This article aims to understand the role of the Curriculum in Movement of the Federal District in the process of recomposing the learning of students who were unable to attend classes during the pandemic. This is a qualitative research with interviews and documentary analysis of the 2nd edition of the Curriculum in Movement of the Federal District for Elementary Education and concerns what is prescribed for the initial years, and the document entitled Curricular Organization: Elementary Education - 2nd Cycle - Initial Years, published by SEEDF in the 1st Semester of 2022. The main theoretical bases are Duarte (2016), Saviani (2013), and Silva (2020). The results preliminarily indicated that the apprehension of supervisors and coordinators was based on the learning deficit; the risk of students and professionals contracting the SARS-CoV-2 Coronavirus; the experiences brought by students after remote education and, above all, on the failure of the measures established by SEEDF. There is also the need to establish paths with education professionals to achieve objectives and distribute the content prescribed in the Curriculum to serve children in the best possible way.

**Keywords:** Remote Learning;. Curriculum in Movement of the Federal District;. Curricular Organization;. Initial years.

1 - Mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UNB); Prof<sup>ª</sup>. da Secretaria de Estado de Educação do Distrito

2 - Mestre em Educação pela Universidade de Brasília; Prof<sup>º</sup>. da Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal (SEDF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2551408228435797> ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-3336-9387> E-mail: [afonsowmediros@gmail.com](mailto:afonsowmediros@gmail.com).

3 - Mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB), modalidade profissional. Prof<sup>ª</sup>. da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Professora Assistente III do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9831412102483769>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4308-8861> E-mail: [marabsbrubia@hotmail.com](mailto:marabsbrubia@hotmail.com).

## Introdução

A educação é fruto de um longo e complexo processo histórico, político, econômico e social, e, no decurso do século XXI, com o advento da pandemia da *Corona Virus Disease 2019* (COVID-19), foram evidenciadas lacunas existentes no processo educacional, além da criação de outras, aumentando as desigualdades sociais presentes em regiões periféricas.

Nesse sentido, Silva (2020) publicou o artigo *Currículo de Transição: Uma Saída para a Educação Pós-Pandemia* no qual salientou que, no Brasil, grande parte da população que frequentava a Educação Básica não dispunha de mecanismos tecnológicos que assegurassem o acesso aos conteúdos trabalhados via aulas *online*, pois frente à imensa vulnerabilidade social, várias famílias não dispunham de recursos para adquirirem *internet* de banda larga razoável e outras ferramentas (*smartphone*, *tablet* ou computador), ficando impossibilitados de assistirem às aulas remotas.

Em 2021, uma pesquisa empreendida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) expôs os primeiros impactos da Covid-19 na educação básica, apontando que a suspensão das aulas presenciais acarretara consequências sérias para o ensino (ARAÚJO, 2021).

Após quase dois anos de Ensino Remoto e um período de ensino híbrido, as escolas públicas do Distrito Federal (DF) preocupadas com o déficit acentuado na pandemia continuam buscando estratégias para amenizar tal situação.

Para tanto, uma das ações fundamentais encontra-se na análise minuciosa do currículo, a fim de elencar os conteúdos prioritários, não o confundindo com a ideia de “*Currículo Mínimo*”, mas de evidenciar o que é essencial e significativo para as aprendizagens dos estudantes. Frente ao exposto, o problema que norteia a nossa investigação se alicerça em qual papel o Currículo em Movimento<sup>1</sup> das Escolas Públicas do Distrito Federal tem no processo de recomposição das aprendizagens dos estudantes que não tiveram como acompanhar as aulas? Desse modo, o objetivo geral é compreender o papel do Currículo em Movimento no processo de recomposição das aprendizagens dos estudantes que não tiveram como acompanhar as aulas.

Para responder ao objetivo geral, constituímos como objetivos específicos: analisar a 2ª edição do Currículo em Movimento do Distrito Federal (2018); analisar a Organização Curricular Ensino Fundamental 2º Ciclo – Anos Iniciais (DISTRITO FEDERAL, 2022), discutir as mudanças apresentadas nesses documentos e as estratégias apresentadas por Escolas Classes de Ceilândia.

## Metodologia

A fim de responder à problemática apresentada, fizemos uma pesquisa qualitativa com entrevistas em três Escolas Classes de Ceilândia, Distrito Federal, no início do ano letivo de 2022, onde três supervisoras e cinco coordenadoras foram questionadas: o que mais preocupa em relação ao retorno dos estudantes ao Ensino Presencial? Que ações estão sendo pensadas para a recomposição das aprendizagens dos estudantes? Que lugar o Currículo tem nesse processo?

A escolha das entrevistas aconteceu por permitir maior interação entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, fator crucial para realizar descobertas sobre o assunto em pauta.

A partir das respostas, decidimos empreender uma análise documental da 2ª edição do Currículo em Movimento do Distrito Federal para o Ensino Fundamental (DISTRITO FEDERAL, 2018), com atenção àquilo que é prescrito aos anos iniciais – foco da presente investigação. E, ainda, analisar o documento intitulado *Organização Curricular: Ensino Fundamental: 2º Ciclo – Anos Iniciais* (DISTRITO FEDERAL, 2022).

<sup>1</sup> Currículo em Movimento é o currículo das escolas públicas do Distrito Federal, elaborado coletivamente pelos profissionais da Educação escolar pública do DF, implementado em 2014 e atualizado em 2018. Composto de sete cadernos.

## Resultados e discussões

No decurso da Semana Pedagógica<sup>2</sup> realizada no início do ano letivo de 2022, a Secretaria de Estado de Educação do DF encaminhou o ofício nº 28/2022 para as Coordenações Regionais de Ensino, com vistas às Unidades Escolares cujo assunto era a Semana Pedagógica. O ofício iniciou o texto desejando que o ano letivo fosse “destacado pela recomposição das aprendizagens de todos os estudantes e de que todos os profissionais da educação continuem na busca incessante pela qualificação do ensino”, além de orientar as escolas públicas que identificassem os seus principais desafios e potencialidades para assim, definir suas ações para o ano em curso. Ficou claro, que a SEEDF reconhece a lacuna criada nas aprendizagens dos estudantes no período de ensino remoto.

Para tanto, as escolas, além de atenderem às solicitações da SEEDF, buscaram revisar o Currículo em Movimento, prática efetiva de muitas unidades, a fim de estabelecerem junto aos profissionais de educação caminhos para alcançar objetivos e distribuir os conteúdos prescritos no currículo, na intenção de atender às crianças da melhor maneira possível.

Foi perceptível, a partir dos dados levantados nas entrevistas realizadas junto aos profissionais da educação, que as respostas da primeira pergunta coadunavam com a preocupação com a defasagem nas aprendizagens, com a falta de socialização e de interações ocasionadas pelo período pandêmico, com o risco de contaminação de estudantes e profissionais de educação e com a preocupação em relação a manutenção diária dos protocolos de saúde.

Quanto às ações pensadas para a recomposição das aprendizagens, as entrevistadas mencionaram a manutenção dos reagrupamentos interclasses e intraclasses semanalmente; reforço escolar e projeto interventivo; além dos esforços dos professores em desenvolverem outras estratégias individuais e coletivas, tais como: a reorganização de alguns conteúdos, a escuta ativa dos estudantes e das famílias e projetos voltados para as questões emocionais.

Algumas falas estão fundamentadas nas Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar do 2º Ciclo para as aprendizagens. O 2º ciclo para as aprendizagens divide-se em Bloco I que compreende os estudantes do 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, compreendido como um bloco ininterrupto havendo retenção somente ao final do 3º ano, estando inclusive de acordo com o previsto nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental por meio da Resolução CNE/CEB nº 07/2010. E o Bloco II do 2º ciclo compreende o 4º e 5º ano dos Anos Iniciais, sendo compreendido como um bloco ininterrupto, havendo a retenção somente ao final do 5º ano. Para nortear as ações pedagógicas e qualificar as aprendizagens as Diretrizes acima citadas sugerem a adoção de reagrupamentos:

O Reagrupamento é uma estratégia de trabalho em grupo, que atende a todos os estudantes, permitindo o avanço contínuo das aprendizagens a partir da produção de conhecimentos que contemplem as possibilidades e necessidades de cada estudante, durante todo o ano letivo. Possibilita a mediação entre pares, pois os próprios estudantes auxiliam uns aos outros, na socialização de saberes e experiências. [...] O Reagrupamento intraclasse, como o próprio nome indica, consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, durante o horário das aulas. Em determinados momentos, as atividades podem ser as mesmas para todos os grupos, isto é, todos têm o mesmo desafio a desenvolver. Em outros, a atividade pode ser a mesma para todos, porém com comandos distintos, conforme o processo de aprendizagem de cada estudante ou grupo. Há ainda situações em que cada grupo receberá um desafio diferente. O que determina a opção pela forma de organização dos grupos, pela periodicidade de realização

<sup>2</sup> Semana Pedagógica é uma semana prevista no calendário escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal, destinada ao planejamento do trabalho pedagógico pelas Unidades Escolares que antecede todo ano letivo.

e ou pelo trabalho que será desenvolvido é o diagnóstico das necessidades e possibilidades de aprendizagem, realizado pelo professor. O Reagrupamento interclasse é uma dinâmica que enriquece e alarga as experiências estudantis e docentes por meio do diálogo entre as turmas. Nesses momentos, são formados grupos de estudantes de diferentes turmas, do mesmo ano ou não, do mesmo bloco ou não, a partir de necessidades e possibilidades diagnosticadas (2014, p.56 e 57).

Em relação à pergunta “qual o papel do currículo nesse processo?” Apresentamos o Quadro 1 com as respostas das supervisoras e coordenadoras das escolas.

**Quadro 1:** Respostas da questão 3.

Questão	Que lugar o currículo tem nesse processo?
Sujeitos	
Supervisora 1	Ocupa um lugar pontual nos planejamentos quinzenais e para as adequações curriculares.
Supervisora 2	O currículo foi discutido e adaptado às necessidades dos estudantes. Estamos tentando recuperar os objetos de conhecimento que não foram devidamente desenvolvidos no contexto pandêmico.
Supervisora 3	O currículo tem sido visitado com mais frequência, estamos o tempo todo retomando alguns conteúdos.
Coordenadora 1	O coração da escola. Dele partem todas as ações pedagógicas no âmbito da instituição.
Coordenadora 2	Nosso trabalho é pautado em cima do currículo por ser um guia.
Coordenadora 3	O currículo está presente no nosso planejamento.
Coordenadora 4	Planejamos de acordo com os objetivos do Currículo em Movimento, porém estamos priorizando alguns conteúdos.
Coordenadora 5	Temos o currículo como um ponto de partida para os nossos planejamentos.

**Fonte:** autor/as a partir das respostas das entrevistadas pelos pesquisadores.

As entrevistadas apontam o currículo como norte para o trabalho pedagógico e demonstram a sua importância para o planejamento desenvolvido dentro das unidades escolares. Para Sacristán:

o currículo é um objeto que se constrói no processo de configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas práticas pedagógicas e em sua própria avaliação como resultado das diversas intervenções que nele operam (2000, p.99).

Portanto, a retomada do ensino presencial impele os docentes e demais profissionais de educação a um aprofundamento do currículo prescrito (SACRISTÁN, 2000) para uma ação modeladora que intente promover, por meio do conhecimento, estratégias para recuperar as aprendizagens não alcançadas ao longo desse período.

Para (SACRISTÁN, 2000), a construção deve ser coletiva, pois vai muito além de um conjunto de conhecimentos. O currículo é um campo de múltiplos agentes que atuam em vários campos de ação. E, diante da situação pós- pandemia, o debate deveria ser fortalecido.

Silva (2020), em seu artigo supracitado, já delineava caminhos para o pós- pandemia, tomando como campo o currículo, numa perspectiva de apresentar possibilidades de estratégias pedagógicas para certificar a existência do ano/semestres letivo/s de 2020/2021 o qual denominou “*currículo de transição*”.

No texto, o autor pontua que para garantia de conhecimentos objetivos, científicos, escolarizados e adaptados à nova realidade é preciso um esforço coletivo e solidário para adaptar

a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP); repensar espaços, tempos e metodologias; buscar novas maneiras de avaliar; ter cuidado com “o currículo mínimo”; lembrar que não se trata de mera adequação/ adaptação dos conteúdos; primar por uma proposta pedagógica que não traga sofrimento; envolver todos os profissionais implicados na prática pedagógica incluindo as famílias no processo.

Pensando nestes aspectos e nas respostas coletadas, buscamos realizar uma análise documental do Currículo em Movimento e verificamos que este foi atualizado após a universalização da organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens na rede pública de ensino, em 2018, e depois da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio da Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017 que instituiu e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

No entanto, o currículo em Movimento da SEEDF manteve as concepções teóricas Críticas e Pós-Críticas e os princípios pedagógicos da 1ª edição: formação para Educação Integral; Avaliação Formativa; Pedagogia Histórico-Crítica e Psicologia Histórico-Cultural; Currículo Integrado; Eixos Integradores (Anos iniciais: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade e Anos finais: Ludicidade e letramentos) e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade). Susteve a estrutura de objetivos de aprendizagem e conteúdos, insubordinando-se à perspectiva de organização curricular baseada em habilidades e competências prevista na BNCC.

A 2ª edição do Currículo em Movimento trouxe algumas mudanças, como: a transformação em um único volume para todo o Ensino Fundamental - antes era um caderno específico para os anos iniciais e outro para os anos finais -; objetivos e conteúdos dispostos por anos, separados por traçados pontilhados demonstrando a possível movimentação dentro do bloco; acréscimo de conhecimentos elencados pela BNCC e/ou deslocamentos de objetivos e conteúdos para os outros anos, seguindo o que propõe a Base; aumento de objetivos de aprendizagem que descrevem o contexto do Distrito Federal; maior aproximação cultural e digital; e progressão dos objetivos de aprendizagem nos anos/blocos posteriores (DISTRITO FEDERAL, 2018).

O Currículo traz como alerta que, para a sua efetiva implementação nas unidades escolares, é necessário a articulação das diferentes áreas do conhecimento numa perspectiva reflexiva e crítica da realidade.

O documento prevê que, para o desenvolvimento da Língua Portuguesa, da Arte e de outras linguagens, é necessário que o homem se relacione com o mundo do trabalho e da tecnologia, com a produção artística, com atividades culturais e práticas corporais, com os movimentos sociais, além de absorverem saberes advindos de suas vivências e do exercício da cidadania em uma perspectiva de formação integral. Duarte (2016) alerta que devemos identificar quais conhecimentos podem produzir, no decorrer do processo de evolução pessoal, a humanização do sujeito.

Em um período no qual a ressocialização dos estudantes ao ambiente escolar e dos profissionais da educação ao local de trabalho tem sido algo desafiador, a humanização do sujeito precisa ser vista como ponto essencial para a retomada das atividades educacionais sem perder de vista o que torna a escola um lugar singular. Saviani (2013) nos lembra que a escola é o lugar no qual o conhecimento elaborado deve ser socializado de maneira sistematizada.

Quanto a Organização Curricular, publicada e encaminhada as escolas públicas do DF, verificamos que foi elaborada pela Diretoria de Ensino Fundamental na perspectiva de Replanejamento Curricular considerando um contínuo 2020, 2021 e 2022, no período de 10 a 24 de fevereiro de 2022, porém somente por meio da circular nº 29 – Processo SEI 0008-00018758/2022-20 foi realizada a Consulta Pública. Estranhamente 90% validaram e 10% trouxeram contribuições às quais foram feitas uma curadoria.

No entanto, o documento não informa o quantitativo de profissionais de educação e de instituições externas que participaram dessa validação. Pontuamos que tal documento chegou às escolas após um trabalho de revisão curricular realizado na Semana Pedagógica por boa parte das unidades escolas. Novamente, o professor torna-se coadjuvante do processo de

elaboração da Organização Curricular.

O documento apresenta como objetivo subsidiar a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), amparado nas normativas norteadoras da SEEDF que coincidem com o Parecer CNE/CP nº: 6/2021, o qual destaca a necessidade de apoio e orientações às Unidades Escolares (UE). Ademais, põe em pauta a recomposição das aprendizagens em um contexto adverso; a priorização dos objetivos mais essenciais; avaliações diagnósticas; extrema dedicação à recomposição das atividades; e avaliação formativa permanente.

A Organização Curricular manteve os pressupostos teóricos e os princípios pedagógicos do Currículo em Movimento, a organização em ciclos, salientando que assim os tempos e espaços são ampliados permitindo aos estudantes alicerçarem novos conhecimentos.

O documento traz os objetivos de aprendizagens considerados essenciais em uma releitura dos previstos no currículo para cada ano e o deslocamento de alguns objetivos para o ano seguinte. De acordo com o próprio documento, há uma tentativa de contemplar um referencial pedagógico para evitar superficialidade em determinados assuntos e manter a intencionalidade nos conteúdos dados. Esta normativa direciona todos os esforços para alfabetização com foco em Português e Matemática, apesar de orientar a interdisciplinariedade e a transversalização das áreas do conhecimento de forma a ampliar o tempo e o espaço para o reforço e a recomposição das aprendizagens.

A Organização Curricular não relaciona os conteúdos, justificando que cada unidade escolar apresenta uma realidade, portanto, deve distribuir seus conteúdos pautados em uma mudança de ação pedagógica em que o percurso cognitivo está organizado no grau de complexidade dos objetivos apresentados, a exemplo do 1º ano identificar, o 2º perceber e o 3º ano reconhecer o mesmo conteúdo. Porém, apresenta pontos conflitantes ao retirarem a autonomia docente na definição dos objetivos e de apresentarem habilidades com indicadores alfanuméricos, aproximando-se mais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do que propriamente das bases epistemológicas do Currículo em Movimento da SEEDF.

Silva (2020) já anunciava em seu artigo *Currículo de Transição: Uma Saída para a Educação Pós-Pandemia* que “as prescrições e materializações curriculares precisarão ser redesenhadas para atender ao que, supostamente, foi perdido durante a suspensão das atividades regulares nas redes públicas e privadas (p.70)”, diferente do que fez a Diretoria de Ensino Fundamental ao elaborar a organização curricular sem a participação direta dos profissionais de educação. O autor alerta em seu texto que sem a efetiva participação dos profissionais da educação, o risco do projeto fracassar é eminente.

A intenção de abordar essa temática dá-se na perspectiva que propostas curriculares são necessárias e de fato devem ocorrer, porém sem perder de vista que as crianças que mais precisam ser alcançadas já estão à margem da sociedade. Portanto, o que se pretende é reiterar que os professores e os demais profissionais que atuam nas escolas são de fato quem melhor conhecem a realidade dessas crianças, sendo assim, não podem ser coadjuvantes do processo de Organização Curricular.

## Considerações Finais

Percebeu-se que as apreensões dos supervisores e coordenadores estavam pautadas no déficit de aprendizagens; no risco dos estudantes e profissionais contraírem o Coronavírus SARS-CoV-2; nas vivências trazidas pelos estudantes pós-ensino remoto e, principalmente, no atropelo das medidas estabelecidas pela SEEDF.

Observou-se que as ações pedagógicas já desenvolvidas na rede pública foram intensificadas, ao passo que outras propostas surgiram na tentativa de minimizar os danos causados no período de aulas remotas, tais como: a reorganização de alguns conteúdos, a escuta ativa dos estudantes e das famílias, e os projetos voltados para as questões emocionais.

Em relação ao Currículo, notou-se no relato das entrevistadas que o seu uso tem sido intensificado na busca de um norte para as ações pedagógicas, com base nos documentos publicados pela SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014; 2018; 2022).

Quanto à *Organização Curricular: Ensino Fundamental: 2º Ciclo – Anos Iniciais*, mantiveram-se os pressupostos teóricos, os princípios pedagógicos do Currículo em Movimento e a organização em ciclos, a fim de que os tempos e espaços sejam ampliados, permitindo aos estudantes alicerçarem novos conhecimentos.

Contudo, as ações pedagógicas da SEEDF apresentaram pontos conflitantes ao retirarem a autonomia docente na definição dos objetivos e de apresentarem habilidades com indicadores alfanuméricos, aproximando-se mais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do que propriamente das bases epistemológicas do Currículo em Movimento da SEEDF.

O Currículo em Movimento é o documento que norteia o trabalho das escolas públicas do DF no pós-ensino remoto e híbrido, desse modo, a revisitação e a reorganização curriculares são cruciais para a recomposição das aprendizagens, porém os profissionais da educação não podem continuar como coadjuvantes nesse processo, apenas executando algo que é posto.

## Referências

ARAÚJO, Ana Lúcia. **Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público**. Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico> Acesso: 01 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 07/2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 15/12/2010.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 02/2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 22/12/2017.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 06/2021. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 06/07/2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do DF. **Currículo em Movimento da Educação Básica**. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental**. Brasília-DF, 2ª edição, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Organização Curricular 2º Ciclo - Anos Iniciais**. Brasília-DF, 2022.

DUARTE, Newton. **Os Conteúdos Escolares e a Ressureição dos Mortos**: contribuições à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

SACRISTÁN, J. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11a ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Francisco Thiago. Currículo de transição: uma saída para a educação pós-pandemia.

**Revista EDUCamazônia** – Educação, Sociedade e Meio Ambiente, v.24, p. 70-77, 2020.

Recebido em: 09 de abril de 2023

Aceito em: 16 de setembro de 2023